

# INTERSECCIONALIDADE NA ATUAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Ana Vitória Pereira dos Santos (IC)\*, Carla Adriana Oliveira Silva (PQ)\*, Alice de Barros Gabriel (PQ)\*

PIBIC

Câmpus Águas Lindas

\* [anavitoriaanime@gmail.com](mailto:anavitoriaanime@gmail.com)

\* [carla.silva@ifg.edu.br](mailto:carla.silva@ifg.edu.br)

\* [alice.gabriel@ifg.edu.br](mailto:alice.gabriel@ifg.edu.br)

**Palavras Chave:** interseccionalidade; educação popular; educação jurídica; promotoras legais populares.

## Introdução

O presente texto, resultado de um projeto de iniciação científica, dá continuidade a dois processos: a uma investigação bibliográfica no último ciclo de iniciação científica que resultou num texto sobre interseccionalidade e educação, e ao envolvimento das autoras com o movimento de Promotoras Legais Populares desde o ano de 2019. Inicialmente, tínhamos a pretensão de fazer uma pesquisa participativa no curso de PLPs, entretanto, por incompatibilidade de agendas essa possibilidade foi descartada. Nos voltamos, então, para a tarefa de entrevistar PLPs experientes, atuantes na Rede Nacional de PLPs e como coordenadoras de curso em seus territórios, tentando entender se e como elas entendem que a interseccionalidade informa suas práticas como educadoras populares.

## Metodologia

A partir de entrevistas com PLPs experientes, buscamos entender um pouco mais sobre como elas compreendem o conceito em ação nas suas práticas em educação popular. Dessa forma, convidamos quatro PLPs que compõem a Rede Nacional de Promotoras Legais Populares: Rosa Maria, PLP atuante nas PLPs DF/Entorno, Marineide Mota, PLP atuante no coletivo Mulheres Maravilha (PE), Aline Luz, PLP atuante nas PLPs Libertárias de Jataí, GO.

A entrevista foi composta coletivamente por nós e consiste em 5 perguntas (ver em Anexo). Com Rosa e Marineide, conduzimos uma entrevista via Google Meet e que foi gravada e posteriormente degravada. Em ambos os casos tivemos alguns desafios com as gravações e a operação de sistemas de gravação externos à plataforma

## Resultados e Discussão

Nas diferentes perguntas, identificamos convergências de visões sobre a prática da educação popular como caminho para a emancipação de mulheres. No texto que se segue, acompanharemos a reflexão de nossas entrevistadas, apontando aproximações ou diferenças entre suas práticas de atuação e leituras de mundo. Pensando na a importância do conceito de interseccionalidade na prática enquanto PLP, Rosa vai nos dizer que a interseccionalidade é o sinônimo de nossa ancestralidade, do legado que nos foi deixado, e que antes do termo se fazer, a prática já se fazia presente, em sua luta pela sobrevivência.

Tratando de diferentes realidades presentes na sociedade, as mulheres passam por uma série de situações das quais não há denominação, há apenas a luta e a resistência, e quando termos se apresentam sem uma reflexão apropriada, não sustenta a transformação. Do que se trata a interseccionalidade? Em que medida ele pode ajudar mulheres periféricas e não apenas ser tema de debate de estudantes acadêmicos? Como ela se estabelece em diferentes realidades? Esse termo, mesmo tendo sua importância de empoderamento, precisa ser trabalhado de maneira clara para se tornar relevante na vida de diferentes pessoas, a interseccionalidade tem o poder de qualificar o método reflexivo, e a educação popular nos faz entendê-lo, trabalhando gênero, classe e raça. Se reproduzimos o conteúdo, mas não a sua vivência; quando através de nossa linguagem ditamos quem vai aprender e quem não vai, estamos indo de acordo com uma educação bancária, sem levar em consideração as bases de uma educação popular, e a base das promotoras legais populares, que são informação, afeto e coragem para a libertação, fortalecimento e transformação da vida de mulheres.

## Conclusões

No presente texto buscamos refletir sobre a interseccionalidade como um conceito em ação na prática cotidiana de educadoras populares que integram o movimento de PLPs. Para isso, entrevistamos três PLPs experientes e que atuam ou atuaram como representantes de seus territórios na Rede Nacional de Promotoras Legais Populares. Nas entrevistas, podemos perceber a centralidade da interseccionalidade - como sensibilidade para reconhecer as diferenças entre mulheres e acolhe-las - para a prática da educação popular feminista.

Referências - Letra Arial 9

- LIMA, Aline. Interseção entre Feminismo e Educação Popular na formação de Promotoras Legais Populares - Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília. Orientador Erlando da Silva Rêses. - Brasília, 2020.
- MENDES, Magali. TEGA, Dani. (In)formação, afeto e coragem: notas sobre educação popular feminista. In: NUNES, César. POLLI, José (orgs). Paulo Freire e os Direitos Humanos Campinas: Editora Fibr / Edições Brasil / Editora Brasília, 2021.
- PALUDO, Conceição. Educação Popular como resistência e emancipação humana. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015
- SANTOS, Ana Vitória. et.al. Interseccionalidade, uma categoria útil para a educação - relatório final de PIBIC 2020/2021



# 15° Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica